



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciência política: debates temáticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: debates temáticos 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0089-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.899221705>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Ciência Política trata-se de um campo epistemológico que nasce com o movimento do Renascentismo na Europa e desde então evoluiu por trajetórias históricas diferenciadas no mundo, tanto, de natureza disciplinar, quanto multidisciplinar, com a difusão de distintos paradigmas ideológicos, bem como uma pluralidade de marcos teóricos e de procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados.

Partindo desta contextualização evolutiva, este livro de coletânea é apresentado para refletir, discutir ou mesmo questionar sobre a realidade complexa e multifacetada do mundo contemporâneo, a partir de um conjunto de estudos fundamentados no rigor teórico-metodológico, embora com uma linguagem simples e didática, acessível a um amplo público de potenciais leitores.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de dezesseis capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico, característico do campo de Ciência Política.

Os dezesseis capítulos apresentados neste livro, “Ciência Política: Debates Temáticos 2”, são fruto de um plural trabalho desenvolvido coletivamente por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros comprometidos para a apreensão da realidade empírica contemporânea e que acabam por repercutir cientificamente no enriquecimento do campo científico da Ciência Política.

Neste sentido, o contexto de crescente fluidez e complexidade da realidade faz emergir novos desafios, problemas à humanidade, razão pela qual são demandadas novas agendas temáticas, lógicas e discursivas para se refletir como o campo científico da Ciência Política, sendo elas exploradas na presente obra para explicar e responder positivamente aos múltiplos assuntos e campos de poder inerentes nos tempos atuais.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo da Ciência Política em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMPOS DE ESTUDO E FUNÇÕES

Sergio Fernandes Senna Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217051>

CAPÍTULO 2..... 15

A MENTIRA NO DEBATE POLÍTICO: OMITIR É MENTIR?

Sergio Fernandes Senna Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217052>

CAPÍTULO 3..... 26

IDEOLOGIAS POLÍTICAS: UMA PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NO ENSINO MÉDIO

Claudyanne Rodrigues de Almeida

Karina Andrea Tarca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217053>

CAPÍTULO 4..... 30

IMPERIALISMO EM AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI E ZAVALETA

Aline Recalcatti de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217054>

CAPÍTULO 5..... 38

ACERCAMIENTO A LA DEFINICIÓN DE CLASE POLÍTICA

Eduardo Gabriel Barrios Pérez

Guadalupe H. Mar Vázquez

Miguel Ángel Barragán V.

María Teresa de Jesús Arroyo G.

José Luis Cerdán Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217055>

CAPÍTULO 6..... 49

CLASSES E LUTA DE CLASSES: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS CLASSES SOCIAIS NAS OBRAS DE NICOS POULANTZAS E ERIK OLIN WRIGHT

Felipe de Queiroz Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217056>

CAPÍTULO 7..... 64

AS POSTAGENS FALAM: UM ESTUDO SOBRE OS POSTS DE MAIOR ALCANCE DE MOVIMENTOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Davi Barboza Cavalcanti

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

Sheila Borges de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217057>

CAPÍTULO 8..... 80

ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Clidenor Marcos Vaz Campelo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217058>

CAPÍTULO 9..... 93

A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO COMO UM CRITÉRIO PARA CONTER A INDÚSTRIA DOS DANOS MORAIS

Juliano Ralo Monteiro

Maria Auxiliadora Pinto de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217059>

CAPÍTULO 10..... 107

O PERFIL DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO MUNICIPAL: AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RF-7)

Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte

Mateus Zounar Marques

Nelson José Thesing

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170510>

CAPÍTULO 11..... 122

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A GUERRA FISCAL COMO OBSTÁCULO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Kauly Furiama Santos

Maria Juraci Teresa Sampaio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170511>

CAPÍTULO 12..... 135

PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Adelcio Machado dos Santos

Dreone Mendes

Rubens Luis Freiburger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170512>

CAPÍTULO 13..... 144

A FORMAÇÃO DO OFICIAL AVIADOR NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DOS NORMATIVOS DE DEFESA

Maria Alessandra Lima Moulin

Paulo Pereira Santos

Cristina Massot Madeira Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170513>

CAPÍTULO 14.....	160
POLÍTICA NACIONAL FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS Y SUS FORMAS DE EXPLOTACIÓN EN LA PROVINCIA DE SAN ROMÁN - PERÚ	
Enrique Gualberto Parillo Sosa	
Virginia Guadalupe Pacompia Flores	
Carmen Eliza Zela Pacori	
Illich Xavier Talavera Salas	
José Oscar Huanca Frias	
Juan Manuel Tito Humpiri	
Lucio Ticona Carrizales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170514	
CAPÍTULO 15.....	168
ANÁLISE DE UMA SOCIEDADE ONDE A ARISTOCRACIA E A MONARQUIA PREVALECIAM COMO FORÇA SOCIAL POLÍTICA E ECONÔMICA	
Luciene Guisoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170515	
CAPÍTULO 16.....	182
CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS DOS MODELOS DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE (2009-2018)	
Mário Mubango Cossane	
Paulo Domingos Muenda Muerembe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170516	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	191
ÍNDICE REMISSIVO.....	192

A FORMAÇÃO DO OFICIAL AVIADOR NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DOS NORMATIVOS DE DEFESA

Data de aceite: 01/04/2022

Maria Alessandra Lima Moulin

Coordenadora Pedagógica na Escola Superior de Defesa, Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília, mestre em relações internacionais e ciência política com ênfase em poder aeroespacial pela Universidade da Força Aérea.

Paulo Pereira Santos

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA)

Cristina Massot Madeira Coelho

Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UNB)

RESUMO: O artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada na Academia da Força Aérea (AFA) com o objetivo de verificar a existência de uma lógica pedagógica que preside os pressupostos curriculares do Curso de Formação do Oficial Aviador (CFOAV), e sua relação com o preconizado para o ensino de acordo com os documentos formais da Defesa e do Comando da Aeronáutica, de forma a contribuir para a consecução da missão da Força Aérea Brasileira, viabilizando a potencialização do preparo para o emprego dos princípios do Poder Aeroespacial. A análise dos dados pautou-se na abordagem crítico-interpretativa. Os procedimentos técnicos para a prática proposta foram embasados pela pesquisa documental e pela pesquisa de campo. A pesquisa foi desenvolvida por

meio de questionários e entrevistas que foram gravadas por empresa especializada (2017-2018). O público foi delimitado entre docentes (representados por todos aqueles envolvidos no ato de ensinar – instrutores militares, professores civis e professores militares); discentes e a equipe técnico-pedagógica. Como metodologia de análise optou-se pela análise de conteúdo, de forma a valorizar a objetividade e obter a quantificação na exploração qualitativa das entrevistas realizadas durante a pesquisa. Percebeu-se, nesse contexto, a ausência de harmonia e, portanto, a lacuna de uma lógica pedagógica orientando os pressupostos curriculares do CFOAV. Arelado ao resultado explicitou-se a necessidade em curto prazo de normativos que embasem o ensino de forma contextualizada por meio de um Projeto Pedagógico de Curso que demonstre claramente a intencionalidade da ação pedagógica e o desenvolvimento de competências que atendam principalmente a demanda dos normativos de alto nível da Defesa Nacional. A pesquisa contribuiu para a proposição de novos normativos para o ensino que foram elaborados (2020/2021) para os cursos da AFA.

PALAVRAS-CHAVE: Força Aérea Brasileira. Currículo. Defesa.

ABSTRACT: The article presents the result of the research carried out at the Air Force Academy (AFA) with the objective to assess the pedagogical logic that holds the assumption of the Officer Aviator Course curriculum (CFOAV) taught at the, and the relation with existing contents in the teaching proposals and formal documents

of Defense and Air Force Command. This analysis aims to contribute to the Brazilian Air Force mission achievement, and to the improvement of the Aerospace Power principles. Data analysis was done by critical-interpretive approach. Technical procedures were done using documentary research and survey. Questionnaires and interviews - transcribed by specialized company - were used during survey data collection(2017-2018). Those involved in teaching activities - military instructors, civilians and military teachers -, students and technical-pedagogical team were interviewed. Content analysis was the chosen method in order to enhance objectivity and to quantify the qualitative exploration of interviews carried out during the survey. In this context, it was observed the lack of coherence and, therefore, absence of pedagogic logical of the CFOAV curriculum. In addition, it was demonstrated the need for normative documents whose teaching support activities are contextualized by the Pedagogical Project of Course (2020/2021) that should clearly present the intention of pedagogical action and the development of skills that will match the high-level regulatory National Defense demands.

KEYWORDS: Brazilian Air Force, Curriculum, Defense.

1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como base a dissertação de mestrado elaborada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea e apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2017/ 2018 e suas ações decorrentes.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar a análise da lógica pedagógica que preside os pressupostos curriculares da Academia da Força Aérea e sua relação com o preconizado para o ensino de acordo com os documentos formais da Defesa e do Comando da Aeronáutica.

A formação militar, de acordo com as diretrizes emanadas na Estratégia Nacional de Defesa (END), deve prover uma capacidade técnica operacional eficiente no atendimento das missões previstas para cada uma das Forças, salientando que a capacitação deve possibilitar a cooperação militar para atuação em rede, com combatentes e contingentes de outras forças; estimular integração da América do Sul por meio da criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano destinado a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar entre países-membros (BRASIL, 2012).

A END, nesse contexto, traça diretrizes para embasar práticas e capacitações operacionais. Desta forma, além de equipar e financiar as Forças Armadas com a tecnologia e pessoal adequados, preconiza-se o preparo para o combate, mesmo em tempo de paz, transformando as ações e formação militares para a melhor adequação à defesa da pátria (BRASIL, 2012). Para atender a demanda dos normativos da Defesa, que balizam a formação necessária para os militares, é imprescindível a construção de currículos igualmente norteados por tais documentos. Nesse propósito procurou-se verificar a existência de coerência pedagógica entre o que se estabelece nos papéis e o que efetivamente se executa nos bancos acadêmicos.

A formação do militar que atenda aos pressupostos da END requer uma metodologia pedagógica diferenciada, que transcenda os mecanismos tradicionais de ensino, visto que a END (BRASIL, 2012) preconiza que o militar seja: capaz de atuar em rede; bem formado técnica e operacionalmente; capaz de aplicar, em situações reais, os conhecimentos adquiridos; capaz de dominar a técnica de comando e controle tendo como foco as habilidades de flexibilidade, adaptabilidade e audácia no campo de batalha.

Para atender aos pressupostos ressaltados pela Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), deve-se ater ao enfoque das competências atribuídas ao militar. Atendendo aqui para o que Perrenoud (2002) atribui ao conceito de competência, ou seja, a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.

A partir dessa abordagem, as disciplinas ganham um novo contexto no processo de elaboração curricular. O foco deixa de ser na abordagem conteudista e instrucionista, passando para uma vertente mais ativa, em que é possível identificar a obtenção do conhecimento por meio da apresentação de determinada habilidade, formalizada nas atitudes/iniciativas necessárias a serem observadas no processo de formação.

Paralelo a esse estudo foi criado, por determinação da Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), um Grupo de Trabalho para a adequação curricular tendo como base as premissas acima ressaltadas e a atenção voltada para a intencionalidade da Força Aérea acerca da formação militar básica para o oficial aviador, com perspectiva na carreira da aviação na Aeronáutica. A execução do trabalho contou com a colaboração direta da equipe Subdivisão de Avaliação Institucional da DIRENS, seção a qual a primeira pesquisadora integrava à época.

Levando em consideração que organizações de ensino são sistemas complexos e multidimensionais, o processo de análise das relações que validam a teoria-prática pedagógica perpassa por aspectos dialógicos. Houve a necessidade, portanto, de focar o ciclo dinâmico e dialógico da realidade pesquisada, levando em consideração a mediação de significados na construção do conhecimento, bem como a complexidade dos objetos e atores envolvidos na pesquisa. Para atender à complexidade da proposta, foi utilizada a abordagem qualiquantitativa com critérios referenciados pela abordagem crítico-interpretativa.

Analisou-se o que está consolidado nos documentos escritos (currículos), sua relação com a realização em sala de aula (metodologia) e os resultados a serem obtidos (perfil do egresso). Mais que uma análise de documentos estanques, pretendeu-se a imersão em como esses processos são construídos, focando a pesquisa nos atores do processo: equipe técnico-pedagógica, docentes (professores civis e instrutores militares), equipe técnico-administrativa e discentes (cadetes). Objetivou-se, assim, uma articulação entre o plano micro – visão dos sujeitos envolvidos, e o plano macro – o currículo e sua construção.

Trata-se da relação de como se coadunam os processos de elaboração e realização do ato educativo na visão daqueles que o constroem, fundamentando determinada lógica pedagógica. Como metodologia de análise optou-se pela análise de conteúdo (BARDIN,1977) de forma a valorizar a objetividade e obter a quantificação na exploração qualitativa das entrevistas realizadas durante a pesquisa.

Como ação decorrente, a Academia da Força Aérea passou por processos de mudanças significativas na forma de executar o ensino e na forma de organizar seus documentos pedagógicos atendendo às demandas do órgão central do Sistema de Ensino da Aeronáutica, ou seja, sua Diretoria de Ensino.

O trabalho ora apresentado contribui com a visão sobre a necessidade de um olhar mais criterioso e atento aos processos de formação profissional no âmbito dos sistemas de ensino militares, ressaltando a importância da elaboração de currículos que atendam aos normativos que estabelecem a atuação militar necessária para o contexto das Forças, apresentando a necessidade de atualização pedagógica balizada nas premissas presentes nos documentos que visam atender à sua respectiva missão de modo que o militar esteja preparado adequadamente dentro dos propósitos predefinidos pelos normativos de Defesa.

2 | DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS

Para analisar a coerência entre o que se pretende e o que se configura como resultado do processo de ensino foi necessário entender quais documentos balizam a proposta curricular para o curso. Não há um documento único que promova essa imersão sobre a realidade dos cursos na Organização de Ensino.

No período da pesquisa, quatro normativos principais norteavam a organização do curso: a Norma Reguladora para os Cursos (NOREG), o Currículo Mínimo (CM), o Plano de Avaliação (PAVL) e os Planos de Unidades Didáticas (PUD). Como observado, para compreender como se estabelece o ensino do CFOAV é necessário se debruçar em diversos documentos, com versões e alterações constantes.

Há várias interpretações sobre o currículo e muitas não apresentam o real papel significativo do instrumento como mediador da formação. Macedo (2013) demonstra, em sua obra, Currículo: campo, conceito e pesquisa, toda uma preocupação com correntes que reduzem o papel do currículo como mero transmissor de informações no processo de ensinar-aprender.

O currículo, portanto, não é estanque, visto que “tem um campo historicamente construído, onde se desenvolve o seu argumento e o seu jogo de compreensões mediadoras. Há uma alteridade histórica que caracteriza este campo” (MACEDO, 2013. p. 22).

A fundamentação para elaboração de um currículo está atrelada ao projeto pedagógico do curso. O projeto pedagógico sinaliza o todo. O currículo apresenta o caminho para se chegar à totalidade proposta (MACEDO, 2013).

No período da pesquisa não havia na Academia nenhum normativo como o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Conforme apresentado anteriormente, os normativos relacionados ao ensino são separados e estanques, não sendo possível a visão do todo, impactando, pois, no processo/percurso.

Essas questões são primordiais, visto que a lógica pedagógica, ou seja, o sentido que se quer para o ensino deve estar atrelado ao sentido do que se quer obter como resultado desse processo. O currículo, bem como as metodologias de ensino empregadas em sala para atender aos documentos de ensino são preponderantes nesse processo.

Para atender à demanda de um profissional que desenvolva uma visão holística, um raciocínio crítico, que tenha iniciativa, criatividade, seja aberto a mudanças, que reconheça, defina e analise problemas de interesse público, que esteja preparado para tomar decisões em diferentes graus de complexidade, entre outros aspectos (citados nos objetivos do curso do Oficial Aviador), é necessária uma metodologia de trabalho e de formação que possibilite o desenvolvimento de tais competências.

Vasconcellos (2009) realiza uma crítica ao que ele denomina “currículo disciplinar instrucionista”, ou seja, à redução do documento à fragmentação em disciplinas estanques ao processo pedagógico baseado em professor falando, falando e cobrando a reprodução dessa fala.

A apresentação do currículo do CFOAV é exatamente a forma criticada por Vasconcellos (2009): as disciplinas são apresentadas de forma estanque, não há sequer uma matriz que demonstre a sequência/ordenamento das disciplinas e sua interdependência, não há pré-requisitos, não é apresentado o caminho, o percurso que o cadete realizará durante os quatro anos em que estiver na Academia.

Há a necessidade da busca de sentido: o que se ensina e como se aprende. O professor necessita, nesse contexto, ter a noção e pensar acerca da intencionalidade de sua ação.

A pessoa age porque tem um sentido e age para chegar a um sentido; agimos porque vemos um sentido naquilo que nos propomos a fazer, e agimos para produzir um sentido, para avançar na compreensão da realidade (externa ou interna); no limite, agimos para concretizar um sentido. A partir do momento que desenvolvemos a função simbólica, a linguagem, tanto do ponto de vista filogenético quanto ontogenético, estamos “condenados” à produção de sentido, uma vez que nosso equipamento psicológico representacional está o tempo todo estabelecendo relações visando a elaboração de sentido. (VASCONCELLOS, 2009, p. 87).

Produzir sentido sobre o que se ensina requer conhecimento sistematizado do que se pretende ensinar. A produção de sentido acompanha a aprendizagem. O conhecimento não é mero reflexo da realidade na mente, mas a construção do sujeito por meio da simbolização evidenciada no sentido atribuído por ele.

Existem muitas discussões no meio civil acerca da área de Defesa Nacional e

essa discussão ainda é pouco difundida na Academia. Os cadetes pouco participam de congressos/encontros da área temática em questão e as disciplinas que versam um pouco sobre essa temática possuem carga horária não tão extensa que possibilite a imersão sobre esses e outros conteúdos. Essa é a área fim da formação do militar para a guerra, capacitando-o para atuar em tempos de guerra, de paz e durante as crises (DCA 1-1).

3 | DOCUMENTOS DE DEFESA

Ao planejar o ensino militar do Oficial Aviador é preciso ter como premissa uma série de diretrizes/normativos que apresentam os objetivos estratégicos de Defesa do país e, para além desses documentos, atentar-se para aqueles que são diretamente ligados ao ensino da Aeronáutica.

Com vistas a uma apresentação mais didática, optou-se pela contextualização por meio de uma hierarquia de documentos, como uma “cadeia de comando” de normativos/diretrizes que se inter-relacionam. A intencionalidade em demonstrar tal hierarquia respalda-se no enfoque que, ao serem elaboradas diretrizes de alto nível no âmbito do ensino, deve-se ter em mente que tais normativos respaldam o foco que se almeja para o perfil do militar nas Forças Armadas, portanto, no processo de orientação do ensino, esses documentos devem ser observados e respeitados no âmbito de sua competência.

A hierarquia ora apresentada se refere aos documentos presentes no Sistema de Planejamento de Defesa, ou seja: a Base Legal de Defesa, o Força Aérea 100 e o PEMAER. Além desses, têm-se a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, a Lei de Ensino da Aeronáutica e o Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica.

O Sistema de Planejamento Estratégico da Defesa é composto pelos seguintes documentos: Política Nacional de Defesa (PND); Estratégia Nacional de Defesa (END); o Livro Branco de Defesa.

A PND estabelece o que fazer e os objetivos nacionais da defesa do País. A END estabelece como fazer e quais as diretrizes a serem traçadas para atender à PND. O Livro Branco de Defesa vai prover publicidade ao meio civil, organismos internacionais e confiabilidade sobre a Defesa da Pátria.

Hoje há um cenário de incertezas e instabilidades em âmbito mundial. Existe a necessidade cada vez maior de compreensão profunda sobre a geopolítica e seus eixos de conhecimento: o geográfico, o político e o histórico. Os aspectos da geopolítica alicerçam o entendimento do Estado como provedor da segurança da população de um país e responsável por coordenar as ações relacionadas à Defesa Nacional.

O documento aborda o crescimento da visibilidade e importância do país nos campos diplomáticos e com maior representatividade nas decisões internacionais. A versão preliminar de 2016 (versão entregue em julho de 2020) aponta questões sobre a necessidade de atenção acerca de conflitos assimétricos.

A configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas e que tendem a incrementar a guerra irregular. Ainda que a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha reduzido, renovam-se aqueles de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, cenário propício para o desenvolvimento da denominada “guerra híbrida”, que combina distintos conceitos de Guerra. (BRASIL, 2016. p. 9).

Além dos aspectos mencionados, a PND enfoca o crescimento econômico e populacional e seu impacto na urbanização desordenada e conseqüente ampliação de demanda por recursos naturais, evidenciando a necessidade de atuação no campo de disputas marítimas, domínio especial, fontes de água doce, alimentos, energia etc.. Ou seja, as crescentes demandas poderão impactar na sustentabilidade.

Finalizando o documento, são apresentados a concepção da Política de Defesa e os Objetivos Nacionais de Defesa, pontos sob os quais se deve atentar ao elaborar documentos que enfoquem o processo de formação de militares.

Nas Diretrizes apresentadas na END (BRASIL, 2012), algumas estão diretamente relacionadas à formação do militar, tais como:

- “a ampliação do potencial estratégico das capacitações operacionais de cada uma das Forças”. Realizar ações estratégicas perpassa por formação que possibilite visualização teórica e prática nos diversos cenários. Até que ponto nossos currículos enfatizam essa teoria-prática em uma análise crítica de estratégias e possibilidades nos contextos de manutenção da paz, bem como nos contextos de conflitos?
- “Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear”. A Escola Superior de Guerra, em seu Manual Básico (BRASIL, 2014), ressalta as cinco expressões do Poder Nacional: o político, o econômico, o militar, o psicossocial e o de ciência e tecnologia.

Na sociedade atual, predominantemente tecnológica, requer-se a disponibilidade de Recursos Humanos cada vez mais capazes, para fazer frente aos desafios crescentes que esta realidade apresenta. Isto porque as tecnologias modernas exigem uma base superior de conhecimento, ao lado de uma maior flexibilidade da mão-de-obra (BRASIL, 2014, p. 86).

Investir nessa área, no processo de ensino, só é possível por meio do incentivo às atividades de pesquisa. Para Toffler(1980), as guerras do futuro estarão pautadas em guerra de informação. As de primeira voga voltadas para a revolução agrária, as da segunda voga, controle da capacidade produtiva, as guerras da terceira voga controle do conhecimento. Cruz (2015, p. 19), nesse aspecto, enfatiza que “a maioria das forças militares no mundo desenvolvido tem, em maior ou menor desenvolvimento, ferramentas de planejamento e organização operacionais para a Cyberwarfare”. Cabe investigar como hoje essas questões estão presentes nos currículos e qual sua interação em diferentes segmentos/fases de ensino de formação e pós-formação da Aeronáutica.

De acordo com o PEMAER (BRASIL, 2010),

[...] as atividades de ensino praticadas no COMAER deverão ser sistematicamente avaliadas quanto à adequação dos aspectos pedagógicos utilizados em relação aos objetivos para o qual foram criadas e, principalmente, verificação da qualidade do seu produto final. (BRASIL, 2010, p.23).

Percebe-se a importância de estudos desses documentos serem difundidos no âmbito da AFA. Esse conhecimento preliminar, tendo início no berço da formação do Oficial da Aeronáutica, é adequado ao projeto de capacitação que vise a um processo de ensino continuado para qual o aviador estará capacitado. É preciso compreender sistematicamente como o Estado prove significado à Defesa da Pátria, estudar os documentos e promover cursos de formação e capacitação necessários para atuação preconizada nos documentos.

Planejar o ensino militar com treinamento específico para a consecução da missão da Aeronáutica é capacitar os recursos humanos da Força adequados a uma conjuntura determinada, realizando atualizações mediadas pelos objetivos a serem atingidos e consequentemente obtendo resultados mais eficazes.

No documento Força Aérea 100 (BRASIL, 2017), estão delineados os objetivos e principais desafios que a Força Aérea Brasileira (FAB) deve alcançar nos próximos anos. Entre as metas, está a qualificação dos profissionais do Comando da Aeronáutica. Conforme afirma o Tenente Brigadeiro Rossato, “militar da FAB em 2041 deverá ser de alta capacitação operacional e administrativa, sendo referência para outras instituições da área governamental” (BRASIL, 2017). O Planejamento Estratégico Militar é condicionado pela Política e Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), Política Militar e Defesa, Estratégia Militar de Defesa e pela Doutrina Militar de Defesa.

A Doutrina Básica da FAB (DCA 1- 1) (BRASIL.2012) é o documento que apresenta os princípios e conceitos que orientam o preparo e o emprego da Força Aérea. Ela é vinculada ao Planejamento Estratégico Militar e abrange três níveis: o Nacional, o Setorial e o Subsetorial. Esse normativo apresenta definições de suma importância, entre eles, o Planejamento do Emprego e o Planejamento do Preparo.

Outras abordagens presentes na DCA 1-1 (2012) são: as definições de paz, crise e guerra; os níveis de decisão na guerra; o histórico do Poder Aeroespacial e seus pensadores; os princípios da guerra sob a ótica do Poder Aeroespacial; as características e os fundamentos do Poder Aeroespacial; as capacidades, tarefas básicas e ações da Força Aérea. Outro normativo na escala de hierarquia, mas nem por isso em menor grau de importância, é o Plano de Modernização de Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11), que apresenta a necessidade de elaboração de normativos de alto nível para o ensino. Quais sejam:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – que é o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da Organização de Ensino no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, sua missão, diretrizes pedagógicas que orientam

suas ações, sua estrutura organizacional e as atividades que desenvolve e/ou pretende desenvolver; o Projeto Pedagógico (PP), que visa estabelecer as orientações gerais e específicas que norteiam as ações de ensino nos cursos da FAB; o mapeamento curricular para estabelecer o ensino continuado – verificando a articulação entre o ensino de formação e pós-formação da Força Aérea; o estabelecimento de um currículo por competências; entre outros.

O que se pretende ao trazer o arcabouço da PND, END, PEMAER e demais normativos de alto nível é demonstrar que a formação militar tem um objetivo específico que é, entre outros, a Defesa da Pátria. Essa formação deve promover o desenvolvimento de competências ou de aspectos iniciais que fomentarão o desenvolvimento dessas competências no futuro. Deixar a formação do cadete aviador sem um necessário aprofundamento no campo teórico e prático da ação militar é permitir uma defasagem de um conhecimento que se revela indispensável para o cumprimento de sua missão.

PESQUISA DE CAMPO

Foram realizadas 66 entrevistas e respondidos 872 questionários: 601 cadetes (todos os esquadrões – turmas/ano); 94 instrutores de voo; 29 instrutores do CCAer; 104 instrutores da DE e professores civis; 13 profissionais da equipe técnico-pedagógica (pedagogos, psicóloga, psicopedagoga); 31 da equipe técnico-administrativa (apoio e auxiliares do ensino). Os dados foram apresentados de acordo com os grupos de entrevistados e as questões que mais chamaram atenção para o propósito da pesquisa.

A apresentação engloba os resultados relacionados ao currículo e suas características, as metodologias e suas nuances na formação do cadete e os aspectos relacionados aos possíveis impactos no perfil do egresso (tripé objeto da presente pesquisa). A tabela 1 apresenta os aspectos presentes nas questões, delimitadas nos questionários e nas entrevistas, bem como o motivo que levou a pesquisadora a enfatizar tais aspectos.

Aspectos presentes nas questões	Fundamentação (motivo)
O currículo e as alterações curriculares.	Coerência entre o que está escrito nos documentos e a possibilidade de impacto no resultado da formação.
A verificação da existência ou não de normativos (como Projeto Pedagógico) que orientam o curso pedagogicamente.	Coerência entre o que está escrito nos documentos e a possibilidade de impacto no resultado da formação.
A realização ou não de avaliação formativa para verificar o processo de formação continuada e validação do currículo.	Ênfase nas formas de auxiliar a execução da capacitação explicitada nos objetivos apontados no currículo.
As práticas metodológicas e sua adequação ao que se pretende como resultado da formação: didática em sala de aula.	Apresentação das metodologias de forma que seja possível fazer uma comparação entre o que existe e o que se pretende para o ensino. A coerência do que está enunciado no currículo e a realidade de sala de aula.

Relação Quantificada professor-aluno. Relação nº de alunos/ nº de professores.	Apresentação das metodologias de forma que seja possível fazer uma comparação entre o que existe e o que se pretende para o ensino. A coerência do que está enunciado no currículo e a realidade de sala de aula
Carga horária de estudo e carga horária de descanso do cadete.	Ênfase nas formas de auxiliar a execução da capacitação explicitada nos objetivos apontados no currículo.

Tabela 1: Aspectos presentes nas questões da pesquisa e sua fundamentação.

Fonte: MOULIN (2018).

4 | ALGUNS RESULTADOS

Na pesquisa final foram apresentados, ao todo, 32 gráficos que embasaram as considerações do estudo. Para fins do presente artigo apresentaremos alguns desses resultados para demonstrar a visão dos Docentes, Equipe Técnico-Pedagógica e Discentes, de forma resumida, acerca dos normativos de ensino e metodologias bem como sua interpretação acerca do resultado pretendido na formação do cadete.

4.1 Corpo Docente

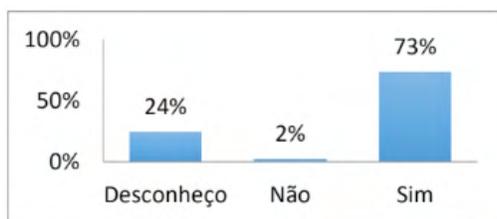


Gráfico 1: Existem documentos que estabelecem metas específicas para o ensino?

Fonte: Moulin (2018).

Após essa pergunta, questionou-se quais normativos estabelecem metas para o ensino. Por ser uma questão aberta, a tabulação dos dados foi um pouco mais complexa, mas demonstrou um conflito entre a resposta da questão apresentada no gráfico 4. Dentre os respondentes, 76% sinalizaram como documentos que apresentam metas para o ensino: O Plano de Unidade Didática e o Currículo Mínimo. Também foi sinalizado por um percentual menor, 12%, o Plano de Avaliação. Porém, esses documentos não apresentam metas para o ensino. O documento mais próximo dessa categoria atualmente é o Plano de Trabalho Anual da organização. Compreender os normativos que estabelecem metas para o ensino, entender os objetivos do ensino da organização onde atua é de extrema importância para a execução da função docente com maior nível de articulação entre a intencionalidade e a ação pedagógica.

Uma das premissas da referida pesquisa trata da ausência de coerência entre o que está escrito nos documentos, que fundamentam o ensino, e a realidade em sala de aula.

Como apresentado, há um desconhecimento, por parte dos responsáveis pela atividade de ensino, acerca dos documentos que balizam a atividade da instituição onde atuam.

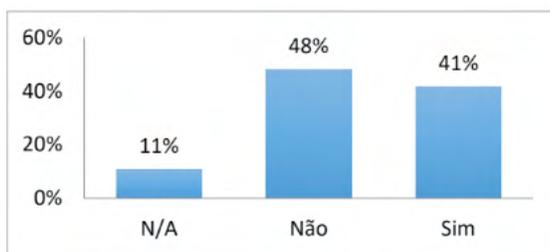


Gráfico 2: Projeto Pedagógico de Curso.

Fonte: MOULIN (2018).

O resultado dessa questão chamou a atenção devido a não existência de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) na Academia. Atualmente os documentos que respaldam o cotidiano da instituição no concernente aos processos pedagógicos são o CM, o PUD e o PAVL. Porém, 41% dos entrevistados sinalizaram que o PPC é um dos normativos que orienta o curso pedagogicamente.

Vale ressaltar que o maior percentual de respondentes sinalizou a inexistência do PPC como ferramenta de embasamento e também informou que o documento Não se Aplica (N/A) à realidade atual da AFA.

Retomando o enfoque da pesquisa acerca da lógica pedagógica, como manter uma coerência entre o que esboça o currículo como resultado pretendido para o processo de formação sem a linha condutora desse processo?



Gráfico 3: Plano de Modernização da Aeronáutica.

Fonte: MOULIN (2018).

O Plano de Modernização do Ensino é um documento que norteia o que se pretende para o ensino da Aeronáutica como um todo. Vários aspectos são apresentados no documento que respaldam alterações na forma de condução dos processos pedagógicos, administrativos e de infraestrutura das Organizações de Ensino Subordinadas à DIRENS.

Porém, percebe-se a pouca visibilidade do documento bem como a não utilização do mesmo para embasar as ações pedagógicas na Academia da Força Aérea. Pelo menos,

na visão dos docentes mais de 80% compreendem que o documento não se aplica ou não embasa pedagogicamente os cursos da AFA.

4.2 Corpo Técnico-Pedagógico

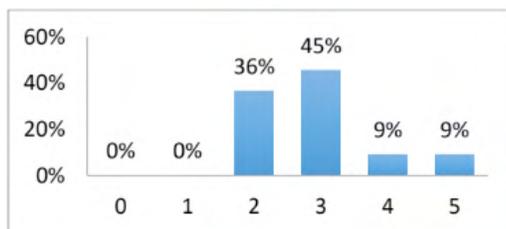


Gráfico 5: Dê uma nota de 0 a 5 para as práticas metodológicas (em sala de aula/ laboratórios/ atividades práticas/ entre outros) considerando o quanto atendem ao perfil do profissional que se pretende formar.

Fonte: MOULIN (2018).

Sobre as práticas metodológicas ressalta-se uma diferença entre as respostas dos docentes, dos discentes e da equipe técnico-pedagógica. Para os docentes, 44% sinalizam que as práticas atendem ao perfil profissional que se pretende formar. Há que salientar que essa questão foi respondida por instrutores militares que trabalham na atuação mais prática e que alguns professores conseguem realizar atividades com metodologias mais ativas de maneira a atender os objetivos respaldados no currículo para a formação.

Os gráficos relacionados a essa questão, sinalizados posteriormente no estudo, confirmam essa discrepância. Corroboram ainda as entrevistas onde são citados pelos próprios docentes a dificuldade de usar metodologias mais ativas e atividades práticas devido ao pouco tempo de estudo do cadete e a dinâmica exaustiva da formação como um todo.

4.3 Corpo Discente

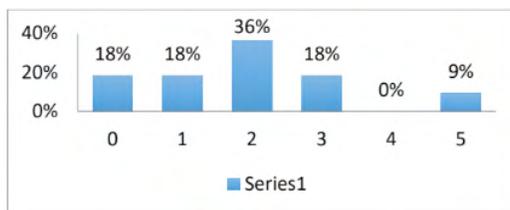


Gráfico 6: Dê uma nota de 0 a 5 para a carga horária destinada ao descanso do discente.

Fonte: MOULIN (2018).

70% dos entrevistados consideraram o tempo destinado ao descanso do discente como ruim a péssimo. Esse dado é confirmado pela equipe técnico-pedagógica, pelos discentes e pelos docentes. Durante a entrevista vários entrevistados enfatizaram essa

questão. Segue trecho de uma dessas percepções:

[...] O ideal seria que a gente dormisse 22h, né, para acordar às 6h, 5h50. Mas, assim, acho que na maioria das vezes (ininteligível – 00:29:00), não tem como o cadete dormir 22h, (ininteligível – 00:29:04). [Cadete chegar no quarto], fazer o que tem que fazer e dormir, ele não vai fazer isso. No mínimo ele vai ligar para casa, vai falar com alguém da família e tal. Acho que seria mais para 1 do que 2, na verdade (horas de descanso). Não tem como o cadete chegar no quarto e dormir 22h. Só no pernoite que ele entra [em forma às 19h] e é liberado às 20h30. Até o cadete ajeitar o uniforme para outro dia, sei lá, se tiver que estudar... se tiver que estudar, esquece. Mas ajeitar o uniforme para o outro dia, ligar para casa, falar com, sei lá, pai e mãe... não tem como ele dormir 22h. Acho que o descanso é... devido a isso, né, é [pouco]. (CADETE. Diagnóstica AFA, 2017).

Retomando o tripé da pesquisa, acerca da lógica pedagógica como obter o resultado preconizado no CM do CFOAV, sem o devido tempo para estudo? Como capacitar um oficial que: trabalhe por meio de **metodologias com fundamentação científica**; possua **visão holística, raciocínio crítico**; tenha **iniciativa, criatividade, determinação, abertura ao aprendizado permanente e às mudanças**; **apresente soluções para processos complexos**; **desenvolva consciência quanto a compreensão do ethos republicano e democrático**; **esteja preparado para participar do processo de tomada de decisão e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas?**

O horário de estudo do cadete, após a exaustiva rotina, fica a cargo do próprio aluno nos horários que seriam destinados a seu descanso. Para que o processo de aprendizagem ocorra é necessário um tempo de descanso para o corpo e para a mente.

Vale salientar que o objetivo de realizar uma prova e ter bons resultados é atingido, por meio da repetição. Porém, a aprendizagem efetivamente tem ocorrido nesse processo?

Com pouco tempo de estudo e poucas atividades que envolvam grupos de discussão e metodologias mais ativas de aprendizagem o resultado esperado (conforme palavras em destaque) fica indubitavelmente comprometido.

CONCLUSÕES

A partir do estudo observou-se a ausência de coerência e, portanto, a inexistência de uma lógica pedagógica que preside os pressupostos curriculares do CFOAV. Arelada a essa premissa ressalta-se a necessidade premente de normativos que embasem o ensino de forma contextualizada por meio de um Projeto Pedagógico de Curso que demonstre claramente a intencionalidade da ação pedagógica e o desenvolvimento de competências que atendam principalmente a demanda dos normativos de alto nível da Defesa Nacional.

A análise indica que para atender a nova configuração educativa e a necessidade do preconizado nos documentos de Defesa, acerca das competências necessárias ao militar do século XXI, é necessário repensar o currículo.

O desafio atual é estruturar um currículo, pensando nessas vertentes teóricas, aliado ao que é preconizado nos documentos da Defesa, visto que a formação na AFA refere-se ao profissional capacitado para atuar em tempos de guerra, de crise e de paz.

A análise do currículo da AFA demonstra trechos de diversas abordagens teóricas, porém sem uma consistência metodológica. Isso se deve ao fato de os executores do currículo não estarem, em sua maioria, debruçados sobre pensar o currículo como caminho, construção e não apenas pensa-lo como documento estrutural para o processo de ensino. Dessa forma, caso não se tenham diretrizes explícitas em PPC, alterações constantes e reelaboração de currículos sem objetivos continuarão sendo uma realidade frequente na Academia. Os currículos precisam, portanto, ser mais que conjunto de disciplinas.

Há a necessidade de se pensar em eixos estratégicos para o ensino. Alguns debates vêm sendo realizados na própria Universidade da Força Aérea (UNIFA), enfocando a necessidade de estudos em três grandes colunas: Política e Defesa (1); Poder Aeroespacial (2); Gestão Institucional (3), com foco específico na aplicação conceitual na atividade-fim, ou seja, operações militares.

Propõe-se, assim, uma reflexão para quem, o que, por que e como ensinar e aprender, pautados em interesses, história e cultura da Aeronáutica. Há a necessidade de pensar o ensino de forma profissional, com aprofundamento teórico necessário e verificação da intencionalidade pedagógica. As ações não podem ser inopinadas, sem o devido grau de maturidade e fundamentação.

Outro fato que corrobora a necessidade de maiores estudos acerca do currículo e sua intencionalidade refere-se à distribuição de carga horária de atividades para o cadete. Existe uma cultura organizacional na Academia em manter uma carga horária alta na área de educação física, enfocando como primordial a necessidade de atividades físicas diárias. Os momentos em que o cadete poderia vir a ter tempo livre são destinados à educação física e/ou a atividades que o mantenham “ocupado”. Não há uma priorização para tempo de descanso e tempo de estudo.

O ócio criativo, temática apresentada por Domenico de Masi (2000), enfatiza que:

[...] existe um ócio alienante, que nos faz sentir vazios e inúteis. Mas existe também um outro ócio, que nos faz sentir livres e que é necessário à produção de ideias, assim como as ideias são necessárias ao desenvolvimento da sociedade (MASI, 2000. p.38).

A importância do ócio refere-se à necessidade de educar o indivíduo a trabalhar o seu ‘tempo livre’, de forma que ele visualize suas próprias mudanças, suas experimentações, ampliando seu território no campo pessoal e profissional.

Para que haja coerência entre o que se escreve e o que se pratica, ou seja, o estabelecimento de uma lógica pedagógica, o currículo deverá primar por aspectos que hoje não estão contemplados no corpo do documento do CM do CFOAV. Desta forma, a partir do trabalho realizado indica-se:

- a) Analisar a concepção de aprendizagem relacionando coerentemente o que está escrito nos normativos de alto nível (da Defesa e do COMAER) e o projeto pedagógico de curso.
- b) Promover práticas metodológicas coerentes com o que está escrito nos documentos e com os resultados pretendidos para o ensino.
- c) Organizar os conteúdos curriculares de forma a considerar o itinerário de ampliação do conhecimento por meio de graus de complexidade.
- d) Potencializar ações para trabalhar a inter e a transdisciplinaridade contextualizadas na política de redes e de conhecimentos não estanques.
- e) Promover a discussão acerca de um currículo baseado em competências.
- f) Estruturar um referencial metodológico coerente, aproximando as práticas educativas mais significativas.
- g) Deixar clara a intencionalidade pedagógica buscando contribuir para a formação integral do cadete, tendo como base todos os campos de conhecimento (geral, técnico-especializado e militar).

A Diretoria de Ensino da Aeronáutica produziu normativos em 2020 e 2021 auxiliando as OE a cumprirem suas respectivas missões. O Plano de Modernização de Ensino da Aeronáutica (PMEA) traçou uma série de ações importantes visando essa nova abordagem. E, por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino (PDEE), normativo de alto nível proposto no PMEA, a DIRENS traçou as metas para o ensino.

Por meio do PDEE as OE iniciaram em 2020 as construções de seus Projetos Institucionais e Pedagógicos. Essa é uma ação que visa consolidar os aspectos de maior importância para o ensino e possibilitará o acompanhamento sistemático do que é desenvolvido nas Organizações, minimizando impactos no percurso e nos resultados pretendidos.

Após a elaboração desses normativos a construção do currículo apresentará a tendência de ser mais fundamentada. Todos os envolvidos no ensino da AFA devem compreender a importância desse documento e sua constituição.

Não são disciplinas isoladas que compõem um documento, mas sim disciplinas que devem se interligar e se complementar visando à elaboração de uma matriz curricular e metodologias de aprendizagem que propiciem o desenvolvimento de competências predeterminadas coadunando-se com os preceitos estabelecidos pelos normativos de Defesa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. _____. Decreto n.º 5.484, de 30 de junho de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional** e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm> acesso em: 17 nov. 2017.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>> acesso em: nov. 2018
- _____. Comando da Aeronáutica. **Força Aérea 100 anos**. 2017. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/Download/arquivos/FA100.pdf>> acesso em: 20 nov. 2017.
- _____. Lei n.º 12.464, de 5 de agosto de 2011. **Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica** e revoga o Decreto-Lei no 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12464.htm> acesso em: 24 ago. 2015.
- _____. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 – PEMAER**. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. Comando da Aeronáutica Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/cabine/publicacoes/pemaer.pdf>> acesso em: 24 ago. 2015.
- _____. **Portaria DEPENS nº 31/DE-1**, de 7 de janeiro de 2016. Aprova a 2ª modificação do Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), da Academia da Força Aérea (AFA), ICA 37-113. Disponível em <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/497342/RESPOSTA_PEDIDO_ICA37-113_CM_AVIADORES.pdf> acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. _____. **Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica – PME**, PCA 37-11, PORTARIA DEPENS Portaria DEPENS nº 450/DE-6, de 17 de novembro de 2015. Brasília, 2015.
- _____. _____. **Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV)**, ICA 37-113/2017. PORTARIA DEPENS Nº 135 / DPL, de 14 de março de 2017. Brasília, 2017.
- _____. _____. **Doutrina** Básica da Força Aérea Brasileira. DCA 1-1, PORTARIA Nº 278/GC3, DE 21 de junho de 2012. Brasília, 2012.
- CRUZ, A.. **Cyberwarfare: o futuro é hoje**. Ideias em Destaque. Instituto Histórico-cultural da Aeronáutica. Nº 45 – jan/jun 2015, 354.73(05) (81) p.15-26.
- MACEDO, R. S. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MOULIN, M. A. L.. **Princípios do poder aeroespacial e a formação do profissional na força aérea: concepções curriculares em foco**. Orientador Paulo Pereira Santos, Coorientadora Cristina Massot Madeira Coelho. 2018. 122p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais, Universidade da Força Aérea, 2018.
- PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SILVA, M. R. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Corte, 2008.
- TOFFLER, A.. **A terceira onda**. Record, Rio de Janeiro, 1980.
- VASCONCELLOS, C. **Currículo: a atividade humana como princípio educativo**. Ed. Libertad: São Paulo, 2009.
- VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico; Educação superior: projeto político pedagógico**. Papyrus: Campinas, SP, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 79, 107, 108, 109, 111, 120, 121
América Latina 30, 31, 33, 34, 36, 64, 78, 123
Antiimperialismo 32, 33, 34, 35, 36, 37
Aristocracia 55, 168, 174, 175, 176
Ativismo judicial 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

B

Brasil 11, 29, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 78, 81, 83, 84, 86, 91, 97, 105, 108, 120, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 150, 151, 159, 169, 180, 189

C

Capitalismo 32, 33, 34, 35, 36, 50, 51, 55, 58, 61, 62, 79, 168, 176, 180
Ciberativismo 64, 68, 69, 77, 78
Cidadania 26, 28, 29, 73, 89, 107, 191
Ciência política 26, 28, 29, 52, 64, 80, 135, 138, 144, 182
Classe 10, 27, 29, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 71, 79, 89, 101, 102, 103, 169, 171, 172, 179, 180
Comunicação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 64, 65, 78, 105, 107, 108, 114, 135, 185, 186, 187, 191
Corrupção 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 81, 128
Currículo 144, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

D

Danos morais 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Defesa 2, 17, 22, 32, 36, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 178, 189
Democracia 15, 22, 26, 28, 29, 36, 63, 70, 78, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 109
Desenvolvimento 27, 32, 33, 35, 64, 69, 78, 87, 91, 107, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 144, 148, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 182, 183, 185, 187, 188, 191
Direita 26, 27, 28, 35, 64, 65, 68, 73
Direito 80, 81, 82, 86, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 122, 135, 136, 137, 143, 171

Direitos fundamentais 11, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 183, 184

E

Economia 36, 52, 67, 84, 91, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 169, 171, 180, 182, 191

Educação 29, 68, 78, 97, 130, 132, 144, 157, 159, 191

Ensino 26, 27, 29, 64, 136, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159

Esquerda 26, 27, 28, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 77

Estado 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 45, 46, 47, 50, 52, 55, 58, 61, 62, 63, 70, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 102, 106, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 141, 149, 151, 161, 166, 170, 179, 182, 183, 186, 187

Executivo 66, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 114, 116, 117

F

Facebook 64, 65, 68, 70, 71, 72, 75, 77, 78

Força aérea 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 157, 159

G

Gestão 81, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 120, 122, 134, 151, 157, 182, 183, 187, 191

Governo 18, 27, 28, 35, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 77, 79, 83, 107, 108, 109, 120, 123, 127, 128, 129, 170, 183, 186, 189

Guerra fiscal 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

I

Impeachment 64, 65, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81

Imperialismo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 62

Indústria 58, 93, 130, 169, 176, 184, 186, 187, 188

Inglaterra 7, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179

J

Judicialização 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 91

L

Legislativo 81, 83, 85, 87, 89, 90, 115, 116, 117, 119

Lei de responsabilidade fiscal 107, 108, 109, 112, 120

M

Marxismo 31, 35, 49, 52, 53, 57, 58, 61

MBL 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Mentira 3, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 74

Moçambique 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Monarquia 168, 169, 170, 171, 175, 178, 179, 180

O

Omissão 1, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 89, 101, 104

P

Pensamento 4, 30, 31, 32, 36, 52, 58, 98, 123, 124, 125, 126, 129, 132, 134, 141, 143, 172, 177, 180

Persuasão 5, 11, 15, 18, 20, 21, 22, 23

Pesquisa 2, 3, 4, 5, 9, 26, 27, 29, 50, 52, 58, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 80, 82, 84, 86, 93, 95, 104, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 120, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 159, 191

Poder judiciário 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 94

Política 1, 7, 9, 15, 17, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 72, 73, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 108, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 179, 182, 187, 188, 189, 191

População 27, 28, 65, 66, 69, 70, 74, 75, 77, 90, 108, 109, 110, 112, 138, 141, 149, 182, 183, 185, 188, 189

R

Reassentamento 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Redes sociais 64, 69, 70, 71, 77, 78, 84, 85, 137, 185, 187

Relações internacionais 30, 52, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 182, 191

S

Sociedade 5, 24, 28, 29, 34, 36, 50, 66, 67, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 125, 126, 133, 134, 137, 141, 150, 157, 168, 171, 175, 177, 179, 180, 191

Supremo tribunal federal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 98, 106

T

Transparência 107, 108, 109, 113, 120, 121

Tributação 122, 124, 130, 131

V

VPR 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Editora
Ano 2022